

SUMÁRIO

► CONSTITUIÇÃO FEDERAL	13
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CRFB/1988.....	15
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	18
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	126
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	153
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	197
 ► LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	241
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI N. 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.....	243
LEI N. 12.376, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010	246
 ► CÓDIGO CIVIL	247
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL.....	249
CÓDIGO CIVIL – LEI N. 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.....	258
 ► CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	419
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	421
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	427
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	434
 ► CÓDIGO PENAL	557
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL	559
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI N. 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941	561
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA NOVA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL – LEI N. 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984 ...	563
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI N. 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	571
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI N. 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.....	582
 ► CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	643
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	645
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI N. 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941 ...	648
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	649
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI N. 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.....	655

► CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	743
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	745
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI N. 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	746
► CÓDIGO ELEITORAL	767
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO ELEITORAL	769
CÓDIGO ELEITORAL – LEI N. 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965	771
► CÓDIGO FLORESTAL	815
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO FLORESTAL	817
CÓDIGO FLORESTAL – LEI N. 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012	818
► ESTATUTOS	839
ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973	841
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	847
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI N. 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994	890
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB	907
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB – RESOLUÇÃO Nº 02/2015	926
ESTATUTO DA CIDADE – LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001	935
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	944
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	956
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	964
ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER – LEI Nº 14.238, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021	980
► LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL	983
► LEIS COMPLEMENTARES	
LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990	985
Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	991
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011	1008
Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013	1013
Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015	1014
Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.	

▷ LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950	1014
Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950	1015
Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.	
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952	1023
Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.	
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965	1024
Regula a ação popular.	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981	1027
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985	1034
Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.	
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	1037
Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.	
LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989	1038
Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.	
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989	1040
Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990	1043
Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.	
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	1046
Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.	
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991	1075
Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.	
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991	1098
Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992	1127
Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências	
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995	1136
Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.	
LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995	1144
Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995	1157
Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.	
LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997	1166
Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997	1167
Estabelece normas para as eleições.	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997	1195
Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.	

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998	1197
Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	
LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998	1207
Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.	
LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998	1208
Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999	1210
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	1217
Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999.	1221
Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.	
LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.	1223
Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.	1232
Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	1233
Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.	
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1237
Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	
LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1244
Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.	
LEI Nº 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.	1246
Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.	1247
Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.	
LEI Nº 12.986, DE 2 DE JUNHO DE 2014.	1251
Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; revoga as Leis nº 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências.	
LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015	1253
Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.	
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016.	1255
Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.	
LEI Nº 13.311, DE 11 DE JULHO DE 2016.	1256
Institui, nos termos do caput do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas.	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017	1257
Institui a Lei de Migração.	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	1271
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	1285
Lei de Licitações e Contratos Administrativos	

LEI Nº 14.289, DE 3 DE JANEIRO DE 2022	1331
Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.	
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022	1332
Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.	
LEI Nº 14.583, DE 16 DE MAIO DE 2023	1337
Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos.	
LEI Nº 14.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023	1337
Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.	
LEI Nº 14.711, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 (EXCERTOS)	1341
Dispõe sobre o aprimoramento das regras de garantia, a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca, a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, o resgate antecipado de Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda sobre rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificadas que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior e o procedimento de emissão de debêntures; altera as Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.476, de 28 de agosto de 2017, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 9.492, de 10 de setembro de 1997, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 12.249, de 11 de junho de 2010, 14.113, de 25 de dezembro de 2020, 11.312, de 27 de junho de 2006, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 14.382, de 27 de junho de 2022, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 70, de 21 de novembro de 1966, e 73, de 21 de novembro de 1966.	
LEI Nº 14.751, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023	1343
Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.	
▷ DECRETO LEGISLATIVO	
DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021	1354
Aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 5 de junho de 2013.	
▷ DECRETOS	
DECRETO 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992	1358
Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.	
DECRETO Nº 3.927, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001	1370
Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000.	
DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009	1378
Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.	
DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012	1392
Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.	
DECRETO Nº 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018	1404
Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.	

▷ **DECRETOS-LEI**

DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941	1409
Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	1414
Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.	

▷ **PROVIMENTO**

PROVIMENTO Nº 205/2021	1417
Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia.	

▶ **REGIMENTOS INTERNOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES 1421**

REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1423
REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1461

▶ **SÚMULAS 1511**

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO – ENUNCIADOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES (STF – STJ – TSE)	1513
SÚMULAS VINCULANTES	1529
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1533
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1555
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	1580

▶ **ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO GERAL 1583**